

DESAFIOS NA DISSEMINAÇÃO DA ACESSIBILIDADE PARA CONVIVÊNCIA NAS ESCOLAS

LUCAS ZAURISIO DA SILVA¹; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ²; RENATA HEIDTMANN BEMVENUTI³; JULIANA TASCA TISSOT⁴; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁵; DANUSA DA SILVA DE MOURA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – lucaszaurisio2000@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – reheidtmann@yahoo.com.br

⁴Universidade Federal de Pelotas – julianattissot@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – danusasmoura@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil, para ser efetivada, necessita de uma promoção para ampliar a acessibilidade no meio escolar. Nesse contexto, torna-se importante não só o acesso físico dos estudantes com deficiência nas escolas, como também uma melhora no âmbito da participação, desenvolvimento e aprendizagem. Para que isso ocorra, torna-se imprescindível a criação de políticas públicas em conjunto com as práticas pedagógicas no país.

De acordo com Benites e Mello (2024), a acessibilidade ocasiona um aumento no acesso à educação e na permanência dos alunos que possuem deficiências nas escolas. Assim a acessibilidade possui algumas dimensões como a arquitetônica, atitudinal, pedagógica, tecnológica e a comunicacional, tais dimensões possuem, como objetivo, diminuir as barreiras que persistem na inclusão dos alunos no ambiente escolar.

Nesse contexto, as dimensões da acessibilidade asseguram o direito à educação inclusiva, prevista nas leis e diretrizes vigentes. No entanto, embora haja avanços tecnológicos e legislativos, ainda existem barreiras que impedem a implementação plena de tais práticas, exigindo esforços entre setores como a infraestrutura escolar, a adaptação curricular e a formação docente.

Portanto, as lacunas existentes expõem a maneira de como a inclusão têm sido interpretadas e implementadas pelas escolas e as políticas públicas com foco em promover o melhor convívio entre as crianças com e sem deficiências. Diante do exposto, este estudo possui como objetivo investigar as abordagens e políticas públicas relacionadas à acessibilidade no contexto escolar, com ênfase na promoção da inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental

2. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, que possui como objetivo principal investigar as abordagens relacionadas ao tema acessibilidade nas escolas e entender como as políticas públicas, em especial no Rio Grande do Sul, corroboram para tais ações. Para a construção da metodologia utilizou-se um protocolo sistemático de levantamento e seleção de documentos científicos, apresentado no Quadro 1.

Campos do Protocolo	
Objetivo	Investigar as principais abordagens do tema acessibilidade nas escolas e como as políticas públicas contribuem para essas ações.
Questões de Pesquisa	Quais são as abordagens sobre o tema acessibilidade nas escolas? Como as políticas públicas no RS atuam sobre o tema acessibilidade nas escolas?
Plataforma de Busca	Google Scholar
Palavras Chaves	acessibilidade AND escola
Filtros	Ano de Publicação: 2015 a 2024
	Tipo de Publicação: Artigos, Dissertações e Teses
	Origem do Trabalho: Brasil
	Idioma: português
Critérios de Seleção	Inclusão: “O documento deve trazer alguma evidência do tema políticas públicas em seu título” ou “Possuía alguma o termo acessibilidade em seu título”
	Exclusão: Documentos que não se alinham à questão de pesquisa por meio das palavras-chave e que não houve rastreabilidade.

Quadro 1. Protocolo norteador para seleção dos documentos.

Fonte: elaborado pelo autor

Foi obtido um total de 201 documentos a partir do Protocolo presente no Quadro 1. A etapa seguinte consistiu não apenas em adotar outros critérios de inclusão e exclusão, mas também na criação de filtros para refinar o corpus documental. Foi então aplicada uma sequência adicional de processos de filtragem por qualidade e proximidade com o tema do trabalho, resultando em 6 documentos, os quais foram analisados e discutidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, observa-se que mesmo que os estudos não dialoguem entre si, suas abordagens se complementam de forma abrangente, nas quais as dimensões da acessibilidade se entrelaçam: para utilização da tecnologia necessita de infraestrutura, que por sua vez demanda de políticas públicas, e a aplicação só se concretiza com boas práticas pedagógicas e atitudes inclusivas. Entretanto, os trabalhos de natureza empírica com viés normativo, enriquecem desse modo o corpus ao reunir diagnósticos e reflexões críticas (Ecker e Pontarolo, 2024; Benites e Mello, 2024; Soares e Silva, 2023).

A articulação dessas diferentes abordagens mostra que a acessibilidade nas escolas deve ser pensada não somente de forma integrada, mas também de maneira interdisciplinar intersetorial, além de levar em conta as diversas barreiras - culturais, pedagógicas, físicas e comunicacionais - que prejudicam diretamente a educação inclusiva no Brasil.

Com base nos seis documentos analisados, foi elaborado o gráfico de Sankey (Figura 3), com o objetivo de visualizar e analisar a relação entre os autores e as diferentes dimensões da acessibilidade abordadas em seus estudos.

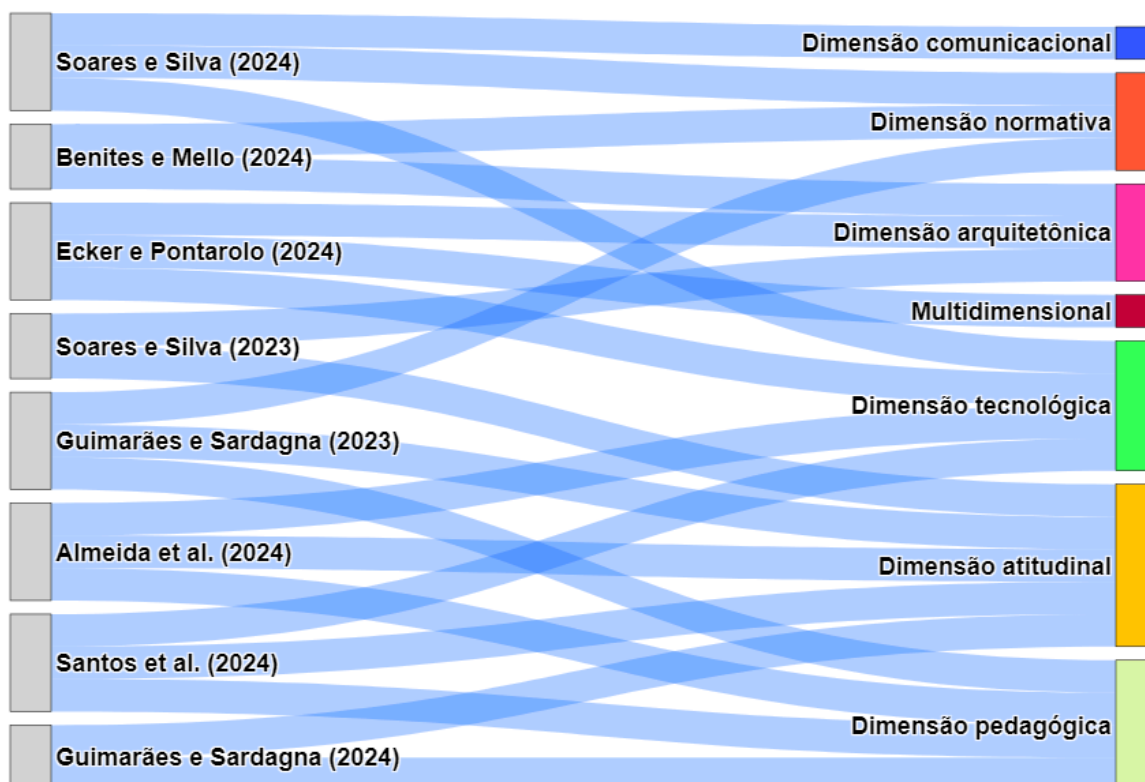


Figura 3 - Relação de autores com as dimensões da acessibilidade

Fonte: Elaborado pelos autores

Na Figura 3, nota-se que a relação entre os estudos dos autores com às dimensões da acessibilidade, desta maneira expõe que a dimensão tecnológica foi dimensão com maior número de citações dos 6 artigos 4 mencionaram. Ademais, as dimensões atitudinal e pedagógica, foram apontadas como fundamentais para efetivar a inclusão nas escolas. Fez se presente também em alguns artigos a dimensão normativa com foco na legislação e também críticas sobre sua aplicação. Por último, há ausência de menção sobre a atuação do Ministério Público nos artigos selecionados.

4. CONCLUSÕES

Pode-se concluir, a partir do estudo, que nenhum dos documentos analisados apresentou a atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul no que tange à acessibilidade nas escolas, o que revela uma lacuna importante no campo investigado.

Cabe ressaltar que o Ministério Público, conforme previsto no artigo 125 da Constituição Federal de 1988, é a instituição responsável pela defesa da ordem jurídica e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, incluindo desse modo, o direito à educação. Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a atuação do Ministério Público como órgão responsável pela promoção da acessibilidade e pela inclusão escolar.

Desse modo, foi possível verificar que, mesmo que ocorra avanços normativos e um aumento de estudos, ainda persistem desafios estruturais, culturais e práticos que limitam a inclusão plena. Recomenda-se: (i) avaliações de impacto das políticas implementadas; (ii) investigações futuras sobre a atuação de órgãos de controle, em especial do Ministério Público; e (iii) fortalecimento de

esforços intersetoriais para que as dimensões arquitetônica, comunicacional, pedagógica, tecnológica e atitudinal se integrem de forma coerente, garantindo uma educação inclusiva efetiva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.P.; MENEZES, L.S.A.; PALMEIRA, P.A.; NETO, B.S.P.; SANTOS, A.J.S.; GOBATO, A.A.; SANTOS, J.C.; NASCIMENTO, A.P.S.; BATISTA, S.S.; SANTOS, M.P. **A função das tecnologias assistivas na educação especial: ferramentas e recursos para a aprendizagem.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 6, n. 2, p. 1–18, 2024.

BENITES, A.; MELLO, A.G. **Acessibilidade e educação especial: visibilidade e inclusão.** Revista de Inclusão Educacional, v. 9, n. 1, p. 67–81, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2–11, 7 jul. 2015.

ECKER, R.M.; PONTAROLO, C.F. **Direito à educação inclusiva: análise dos indicadores de acessibilidade nas escolas do contexto brasileiro.** Revista Cadernos de Educação, v. 23, n. 1, p. 15–34, 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, R.; SARDAGNA, M. J. **Acessibilidade curricular para a educação inclusiva: estratégias pedagógicas no Ensino Fundamental.** Revista Educação e Humanidades, v. 12, n. 2, p. 45–59, 2023.

SANTOS, M.S.A.; ESPOLADOR, D.F.; CARVALHO, J.S.; VIANA, S.C.; SANTOS, U.C.; NASCIMENTO, W.B. **A inclusão escolar e o uso de tecnologias assistivas.** Revista Thêma et Scientia, v. 8, n. 4, p. 123–137, 2024.

SOARES, A.F.; SILVA, L.C. **Acessibilidade da pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas escolas públicas brasileiras.** Revista Brasileira de Políticas Públicas e Educação, v. 10, n. 3, p. 89–102, 2024.